



Setembro 2005 - Nº4

ANGOLA

SUMÁRIO

•Editorial

José Manuel Pureza e Mónica Rafael (Página 1)

•Teoria da P@X

“Angola: das balas aos votos, uma luta pela cidadania”

Mónica Rafael

(Páginas 2 e 3)

•Observatório das P@xes

Lugares de guerra e de paz

▪Angola

▪Sudão

Fazedores de P@xes

•PBI

(Página 4)

•Estudos sobre a P@x

“Reconstrução em Angola: o caso de uma cubata em Cambândua”

Pedro Cardoso

(Páginas 5 e 6)

“Crianças soldado: a dívida pendente de Angola”, **Blanca Diego**

(Páginas 7 e 8)

No sótão do NEP

Recensão (Páginas 9 e 10)

Memória de Actividades do NEP

(Página 11)

P@X

-Coordenação do Núcleo de Estudos para a Paz:

José Manuel Pureza

-Coordenação do Boletim P@X:

Mónica Rafael Simões

-Número temático organizado por:

Mónica Rafael Simões

-Agradecimento especial a Jessica Galeria

Núcleo de Estudos para a Paz

Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Colégio S. Jerónimo, Apartado 3087

3001-401 Coimbra

Portugal

Tel: + 351 239 855584

Fax: + 351 239 855589

<http://www.ces.uc.pt/nucleos/nep> / nep@ces.uc.pt

Editorial

Angola é o centro deste número do P@x. Laboratório cruel de guerras sucessivas, aquele país é agora um laboratório de reconstrução e de consolidação de uma paz que se pretende enraizada e sustentável.

Sobre Angola projectam-se neste momento todas as luzes, mas também todas as sombras presentes no campo dos estudos para a paz. São imensos e muito sedutores os horizontes de transformação que a paz permite aos angolanos. Finda a guerra, desaparece também o alibi para a falta de desenvolvimento, a fome, a mortalidade e a assimetria social gritante. Mais: o fim da guerra desafia a uma radical transformação das relações entre sociedade e Estado, numa perspectiva de capacitação forte da sociedade civil e, com isso, de superação de um Estado que, sendo tipicamente frágil (ou mesmo falhado) na garantia da universalidade dos bens públicos essenciais, ostenta, em simultâneo, uma desmesurada força autoritária no condicionamento do tecido social angolano.

Mas é sobretudo como terreno de experimentação de políticas de reconstrução que Angola se oferece hoje como um aliciante estudo de caso. Está lá tudo. A começar pela filiação branca e loira dos modelos de cooperação - que as confusões fonéticas ou as nuvens de significados da belíssima narrativa de Pedro Cardoso ilustram interessantíssimamente. Mais do que expressões que, de tão acriticamente usadas, gastaram já o seu potencial transformador efectivo (da “capacitação local” à “boa governação”), precisamos de práticas de tradução política e institucional e, mais que tudo, de um princípio absoluto de respeito e de salvaguarda das práticas e fórmulas institucionais localmente enraizadas.

Se for verdade, como achamos, que a experimentação prática de muitos dos conceitos desbravados pelos estudos para a paz nas últimas duas décadas pôs em evidência a urgência de uma “descolonização dos estudos para a paz”, então há que ouvir com atenção as advertências de Fernando Pacheco de que a imposição do modelo demo-liberal em Angola é directamente responsável pela ausência de um modelo participativo de desenvolvimento e, com isso, também potencialmente pelo recrudescimento de factores elementares de ameaça ao próprio processo de paz.

O processo de reconstrução deveria então pertencer também aos principais actores em processos de evolução e mudança, as organizações da sociedade civil angolana.

José Manuel Pureza e Mónica Rafael, NEP

Teoria da P@X

Angola: das balas aos votos, uma luta pela cidadania

Angola é um país em transição de um regime autoritário para o multipartidarismo e a democracia. A data prevista para a celebração das próximas eleições gerais angolanas é o próximo ano de 2006, e estas serão as segundas eleições no país desde que este iniciou o caminho para o multipartidarismo e as primeiras desde que a guerra terminou.

O país vive finalmente um período de paz, após a assinatura do Memorando de Luena, a 4 de Abril de 2002, que marcou o fim do conflito armado no território, com a excepção da província de Cabinda. As quase três décadas de guerra civil deixaram uma sociedade destruída, com cerca de um milhão de mortos, quatro milhões de deslocados internos, meio milhão de refugiados e vários milhões de minas anti-pessoais num território nacional que engloba uma população de cerca de 14 milhões de habitantes.

O conflito serviu durante muitos anos de desculpa para a falta de desenvolvimento e para a exclusão de grande parte da população, num dos países mais ricos em recursos naturais, não só em África mas também no mundo. De facto, os problemas que a sociedade angolana enfrenta têm também a sua raiz no autoritarismo e défice de cultura democrática, na corrupção e apropriação dos recursos naturais pelas elites do país e na ausência de investimento num desenvolvimento inclusivo que possa favorecer toda a população. Para ultrapassar esta realidade e construir um país que aposte no desenvolvimento humano e social da sua população, Angola necessita claramente de um dividendo de paz.

Neste momento, as ameaças ao processo de reconstrução nacional são ainda imensas. De facto, quase 70% dos angolanos vive numa situação de pobreza ou pobreza extrema, existe um investimento deficiente na saúde e na educação (num forte contraste com uma economia que produz 900.000 barris de petróleo por dia) e há uma necessidade imperativa de uma maior diversificação da economia para além do petróleo. Por outro

lado, o processo de repatriação e regresso de refugiados e deslocados internos e a sua reintegração não está ainda completo, e o mesmo se passa com a reintegração de antigos combatentes, que está longe de terminada. Até ao momento, os passos dados no processo de reconciliação nacional são, na melhor das hipóteses, limitados e a ausência desta dimensão no debate público e político em termos reais suscita preocupações relativamente ao período de campanha eleitoral e à possibilidade de ocorrência de actos de intolerância e violência, como já têm vindo a acontecer. Intimamente associada a esta realidade está a questão da ausência de uma política nacional de desarmamento. Estimativas de algumas organizações apontam para cerca de um terço da população ainda em posse de armas ligeiras. Por outro lado, os chamados comités de defesa civil parecem estar a reorganizar-se em alguns bairros urbanos, municípios e províncias, o que surge como mais um obstáculo à entrega de armas por parte da população. De facto, apesar de até ao momento terem sido já recolhidas mais de 100.000 armas, persiste em muitos sectores da população uma sensação generalizada de insegurança, em muito dependente da falta de confiança nas instituições estatais e policiais e no destino dado às armas recolhidas.

Os elementos enunciados, apesar de traduzirem situações que de forma alguma caracterizam o conjunto da realidade nacional, não deixam de constituir alertas para o perigo de um retorno a situações de instabilidade semelhantes às que ocorreram antes e durante as eleições de 1992. De forma alguma se concebe um regresso à guerra civil, mas é importante acompanhar os incidentes de violência e de intolerância política que têm ocorrido, nomeadamente nas províncias mais afastadas da capital e onde existe pouco acesso à informação, o que faz com que cresça o medo, especialmente nas comunidades rurais, em que a maior parte da população identifica eleições com conflito, devido à experiência de 1992. A paisagem política nacional, com

Teoria da P@X

um sistema que implica a exclusão social da maior parte da população e com a existência de um único partido com uma estrutura que alcança todo o país, bem como a diferença extraordinária entre Luanda e as principais cidades do litoral com as restantes províncias do país, tanto em termos de desenvolvimento e acesso a bens e serviços, como de acesso à informação, de exercício de liberdade de expressão e de participação política são exemplos claros das ameaças e limitações a um processo inclusivo, participativo e transparente.

Há, além disso, entre a maioria da população um forte desconhecimento sobre as instituições do Estado, as suas funções e responsabilidades, bem como uma grande desconfiança relativamente à classe política. Estes factores são agravados pela falta de apropriação dos processos políticos pelos cidadãos, que sentem a política e os políticos distantes deles e dos seus problemas diários. Algumas vozes apontam para a ausência de uma verdadeira cultura democrática, não só nas instituições do Estado mas também nas da sociedade. Como é frequentemente sublinhado por Fernando Pacheco (ADRA), o conceito de democracia em Angola é acima de tudo um conceito novo, devido a razões culturais e históricas, que não permitiram a construção de uma cultura democrática. Ainda na sua opinião, a "imposição" do modelo democrático neoliberal nos inícios da década de 90 como a solução para os problemas do país impediu a tentativa de construção de um modelo de desenvolvimento mais justo e de um modelo de democracia mais de acordo com uma sociedade tão diversificada como a angolana, em termos étnicos, culturais e religiosos, onde o processo de construção da Nação não está consolidado. Existe, não obstante, um consenso relativo dentro da sociedade angolana sobre a importância da realização de eleições, nomeadamente devido ao forte valor simbólico que estas terão para a maioria da população, traduzindo uma oportunidade para fechar o processo vivido desde 1992 até ao presente e servindo de teste a uma transição e paz sustentáveis.

Deste modo, as próximas eleições em Angola são um passo no processo de democratização política e no progressivo desenvolvimento do exercício de cidadania, em que os actores da sociedade civil têm a oportunidade de participar na definição de prioridades e na exigência de um conjunto de condições para a democratização nacional, com o objectivo último de alargar o espaço de participação pública dos cidadãos angolanos. E é no campo da procura da mudança e ampliação da arena de participação pública que importa destacar o trabalho de determinados grupos da sociedade civil angolana. Estes grupos têm tido um papel determinante na promoção e defesa dos direitos humanos e na construção de capital social nas comunidades do interior do país, bem como na inclusão de espaços de participação e debate tradicionais nos seus projectos de educação cívica, o que, apesar de quase sempre invisível, traduz um contributo extraordinariamente importante para a construção da cidadania nas várias províncias de Angola.

O tipo de iniciativas e actividades que têm vindo a ser desenvolvidas por vários grupos da sociedade civil angolana relativamente ao processo eleitoral, nomeadamente no que diz respeito a campanhas de educação cívica, mas também de estratégias de partilha de informação e de combate à intolerância política, indica o potencial de mudança e o dinamismo de um actor que tem um papel fundamental a desempenhar na democratização de Angola. Para além do trabalho directo com a população e as comunidades, há uma forte convicção na necessidade de desenvolver estratégias de pressão e de *lobby* junto de alas menos conservadoras do governo e dos partidos políticos pela tolerância política, pela garantia da liberdade de expressão, de um acesso livre de todos os actores aos meios de comunicação social, para que se realize uma mudança gradual na sociedade angolana.

Mónica Rafael
NEP

Observatório das P@xes

Lugares de guerra e de paz

ANGOLA

Armindo Miranda, *Angola 2003/2004 - Waiting for Elections*. Bergen: Chr. Michelsen Institute Report 11, 2004

(<http://www.cmi.no/publications/2004/rep/r2004-11.pdf>)

Guus Meijer (ed.), *From military peace to social justice? The Angolan Peace Process*. Conciliation Resources/ACCORD, Issue 15, October 2004

(<http://www.c-r.org/accord/ang/accord15/index.shtml>)

Rafael Marques e Rui Falcão de Campos, *Lundas - As Pedras da Morte*, Open Society Angola/Fundação Mário Soares/NIZA/Fatal Transactions, 2005

(http://www.fmsoares.pt/ilustra_iniciativas/2005/000466/RelatorioLundas.pdf)

Guilherme Santos (ACORD), "Uma Caminhada Transversal em Busca da Justiça Social e do Desenvolvimento em Angola", Fevereiro 2005.

(<http://www.ces.uc.pt/nucleos/nep/pdfs/Acord.pdf>)

Entrevista à Coordenadora Nacional do Programa de Apoio à Reconstrução (PAR) em Angola, por Pedro Cardoso, 2004

(<http://www.ces.uc.pt/nucleos/nep/pdfs/PAR.pdf>)

Rafael Marques, "Esperança Sofrimento", Junho 2005

(<http://www.ces.uc.pt/nucleos/nep/pdfs/RM.pdf>)

SUDÃO

Mariam Jooma, "Feeding the peace: Challenges facing human security in post-Garang South Sudan", Institute for Security Studies Situation Report, 23 August 2005

(<http://www.issafrica.org/AF/current/2005/050823Sudan.pdf>)

International Crisis Group, *The Khartoum-SPLM Agreement: Sudan's Uncertain Peace*, ICG Africa Report N° 96, 25 July 2005

(<http://allafrica.com/peaceafrica/resources/view/00010704.pdf>)

United Nations Security Council, Monthly Report of the Secretary-General on Darfur, 18 July 2005, S/2005/467

(<http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N05/423/17/PDF/N0542317.pdf?OpenElement>)

Human Rights Watch, "Memorandum from Human Rights Watch to Oslo Donor's Conference on Sudan", 8 April 2005

(<http://hrw.org/backgrounder/africa/sudan/memo0405/memo0405.pdf>)

Amnesty International, "Sudan: UN resolutions provide an opportunity to build human rights and end impunity in Sudan", 8 April 2005

(<http://web.amnesty.org/library/Index/ENGAFR540372005>)

Fazedores de P@xes

BRIGADAS INTERNACIONAIS DE PAZ

Peace Brigades International (PBI)

(<http://www.peacebrigades.org>)

Brigadas Internacionais de Paz - Portugal

(<http://www.ces.uc.pt/nucleos/nep/pdfs/PBIportugal.pdf>)

Entrevista a Aguswandi (TAPOL), Outubro 2004

(<http://www.ces.uc.pt/nucleos/nep/pdfs/aguswandi.pdf>)

TAPOL, the Indonesian Human Rights Campaign.

(<http://tapol.gn.apc.org>)

Estudos sobre a P@X

Olham-na fixamente. Enrolados em panos coloridos ou em t-shirts de um partido qualquer, escutam-na. E ela fala e dá que pensar. Numa cubata no centro da aldeia de Cambândua, na província angolana do Bié, Ana Teresa Milheiro envolve-se com a população num diálogo bilingue de dar e receber. Arranja-se ali mesmo um tradutor de bigode. Samuel Chissapa, representante da delegação de educação da comuna. Umbundo versus Português, num jogo não oficial entre línguas de dois cantos do mundo. Diagnosticam-se as carências da comunidade, no âmbito do Programa de Apoio à Reconstrução (PAR), projecto financiado pela União Europeia (UE).

Escuta-se a explicação do que é, afinal de contas, esse tal Programa de Apoio à Reconstrução que veio de longe, para ajudar a comuna de Cambândua. A distância entre a aldeia e a Europa, esse continente “onde alguns países se juntaram numa comunidade chamada União Europeia”, como explica Ana Teresa, mede-se mais que em quilómetros. O murmurinho que se instala na cubata confirma-o. Ouve-se a palavra “roupa” entre os presentes. Percebe-se o equívoco - Europa subitamente transformada em roupa, sons que enganam, sinal evidente dos anseios dos presentes.

Há que compreender, antes de mais, quem é quem. Descobre-se, pela voz de Ana Teresa, que o PAR é “um projecto financiado pela UE”. Vacionado sobretudo para “o apoio institucional a municípios angolanos, no que toca ao planeamento da reconstrução de infra-estruturas nas áreas de água e saneamento, educação e saúde”. Tem as “províncias angolanas do Bié, Benguela, Huambo e Huíla como áreas de implementação”.

Num quadro branco, um marcador azul dá forma às histórias das escolas feitas de adobe que caíram com as chuvas, do posto de saúde onde tudo, das paredes à cama de urgência é feito de capim, ou a do conto terrífico dos dezassete mil habitantes a quem a UNICEF doa, todos os meses, um único kit de saúde. Mas o humor subsiste no caos. Revelando o espírito dos que a quem já nada espanta, Alice Sorte, uma senhora de gestos largos e físico forte, afirma que “aqui a saúde é como aquelas histórias do ‘era uma vez’”. Todos se riem. Cada interveniente torna-se num denunciante das boas intenções de várias organizações de cariz humanitário. Apontam-se dedos a doações do Programa Alimentar Mundial constituídas por “sementes de milho podres, que não se adaptam a estas terras” e “nem sequer germinam”, como conta um “mais-velho” (nome dado aos idosos). Pedindo a vez para falar, uma militante da juventude do MPLA, insurge-se, por sua vez, contra as charruas que foram doadas no âmbito de um projecto de cooperação, mas que não podem ser utilizadas porque “não se lembraram que é preciso gado para as puxar”. Queixas reconvertidas na língua da gente de Cambândua. Frases longas em Português, meros segundos na língua do planalto central angolano, por vezes o contrário.

Pede-se uma lista dos recursos da região. Recursos? Mas o que são “recursos”? “Precisamos de mesas”, diz alguém. “Não, recursos não são necessidades, é o que dá a terra, as culturas, a caça, a pesca, madeira”, explica Ana Teresa. Tradução confusa, conceitos e referências com correspondência difícil. Tudo isso existe, revela-se no final da longa batalha de palavras. Sabe-se então, pelos mais antigos, que havia no “tempo do colono” plantações de mandioca, feijão, arroz, trigo e batata. Fala-se também em pesca fluvial, em caça e em grandes reservas de madeira. “Vocês são ricos!”, exclama a interlocutora.

O apoio dado por várias ONGs à população durante o conflito civil, baseado no fornecimento de alimentos e outros bens de primeira necessidade criou, de acordo com Ana Teresa, um “atrofio do espírito de

RECONSTRUÇÃO

EM

ANGOLA:

O

CASO

DE

UMA

CUBATA

EM

CAMBÂNDUA

Estudos sobre a P@X

de iniciativa, da produção e de desenvolvimento da comunidade". "Agora é necessário fazer ver que há problemas que podem ser resolvidos localmente, sem ser preciso que venham mundos e fundos do estrangeiro", conclui.

"Prioridades", "prioritário", "o que é mais urgente", "urgência", "mais importante" conceitos que geram nova confusão. "Como falar em prioridade a pessoas que não têm nada e que tudo lhes falta?", diria mais tarde Ana Teresa. Definiram-se prioridades em Cambândua: "construção do posto de saúde", "professores e material, escolaridade superior ao quarto ano", "alargamento do sistema de saúde às aldeias", "recuperação de sementes originais". Reunião dada por terminada. Distribuem-se latas de refrigerantes por todos. Cubata quente em alívio gaseificado. Anúncio publicitário perfeito na palhota de uma terra perdida em África. Latas vermelhas nas mãos dos que têm na mão a responsabilidade do futuro de Cambândua.

Depois da reunião na cubata vão-se confrontar os dados disponíveis sobre a comuna e os resultados servirão então de base à criação do Programa de Reconstrução para a comuna. A importância das audiências públicas, de acordo com Ana Teresa, estabelece-se na oportunidade que estas dão para "conhecer o local, a comunidade, e sobretudo para criar o hábito de discussão das estratégias de desenvolvimento em conjunto". "Passados quarenta anos de guerra, é fundamental para estas pessoas saberem que podem falar sobre os problemas deles em público e que o projecto de reconstrução que vai ser implementado é o que eles acham que se vai adaptar às suas necessidades", acrescenta. A percepção das verdadeiras necessidades das populações passa, na perspectiva de Ana Teresa, pela "capacitação das administrações municipais e comunais" para a realização destes trabalhos. Desta forma, seria possível ultrapassar a dificuldade de comunicação decorrente da tradução e das diferentes perspectivas da realidade que estiveram em evidente confronto na reunião de Cambândua.

Palavras que falam ao contrário...

As acções das várias organizações de ajuda humanitária durante a guerra estão agora a passar de uma estratégia de emergência, para uma outra, vocacionada para o desenvolvimento. Com o final do conflito civil, a planificação do futuro das comunidades assume-se como o novo desafio dos organismos actuantes no terreno.

Para Ana Teresa "é complicado, a nível de comunidade, tentar transmitir que o que se está a levar a cabo é uma acção de desenvolvimento e que por isso não podem esperar pelos resultados já amanhã". Como reconhece, "estas pessoas vivem unicamente o dia-a-dia, foram muitos anos em que chegavam à noite sem saber o que lhes ia acontecer no dia seguinte; passar a mensagem de que estamos unicamente a programar a médio e longo prazo, é difícil." "É inevitável elas gerarem grandes expectativas que não correspondem à realidade", conclui.

De facto, o significado que a reunião adquiriu para a grande parte da população de Cambândua vai de encontro aos receios da equipa do PAR. No final do encontro, Alice Sorte afirmou entusiasta e categoricamente que Cambândua iria receber imediatamente "tudo o que se falou aqui - agricultura, sementes, milho, feijão, a construção de um posto de saúde novo e outras coisas". A ideia de Alice Sorte era partilhada pelo Soba do Lomba. De dedo em riste, o mais-velho exigiu que "as coisas das quais se falaram" sejam aplicadas "já". A experiência de mais-velho diz-lhe que "as palavras faladas, muitas vezes desaparecem com o tempo"...

RECONSTRUÇÃO

EM

ANGOLA:

O

EXEMPLO

DE

UMA

CUBATA

EM

CAMBÂNDUA

Pedro Cardoso

(Jornalista)

Estudos sobre a P@X

De acordo com o Relatório Global sobre Crianças Soldados de 2004, publicado recentemente pela Coligação Mundial Contra o Uso de Crianças Soldados, o fim dos conflitos armados no Afeganistão, Angola ou Serra Leoa permitiu a desmobilização de cerca de 40.000 crianças. No entanto, apenas na Costa do Marfim e no Sudão, mais de 25.000 crianças foram usadas para a guerra. A Coligação também responsabiliza os governos ocidentais que violam o compromisso de “proteger as futuras gerações ao fornecer armas e treino militar a governos como os do Ruanda e Uganda, que utilizaram crianças e que apoiam grupos armados que incluem crianças”. O relatório sublinha ainda que uma alta percentagem das crianças soldados são meninas que, para além de soldados ou mensageiras, são também escravas sexuais e “esposas de guerra”.

Nenhum menor nascido depois de 1975, ano da independência de Angola, conheceu um país sem guerra. J. Q. nasceu há 34 anos e faz parte das primeiras gerações de crianças soldado. Aos 15 anos, foi recrutado pelas Forças Armadas para a Libertação de Angola - na altura as FAPLA, hoje as Forças Armadas de Angola (FAA), levado para o planalto, para a cidade do Huambo, onde continua a viver até aos dias de hoje.

Corria o ano de 1993, após quase 55 dias de confrontos, o Huambo caía nas mãos da UNITA. Essa manhã, J. Q. despertou junto a outros jovens num edifício em ruínas. O exército tinha fugido, a cidade tinha sido tomada pelos rebeldes. Literalmente da noite para o dia, a cidade tinha passado de um grupo para o outro. Ele já não era uma criança, tinha 23 anos. “Se tens uma arma, defendes-te, isso é tudo, não importa em que grupo estás, és um soldado, tens que te defender”, afirmou. E desta forma, passou para o lado da UNITA. Mas, por pouco tempo, porque cedo o exército recuperou o controle da cidade. As duas recordações mais claras que conserva dos seus anos em combate - com um lado ou com o outro - são uma individual: a fome, e uma colectiva: a fuga de milhares de famílias das aldeias arrasadas.

C
R
I
A
N
Ç
A
S
S
O
L
D
A
D
O
A
D
Í
V
I
D
A
P
E
N
D
E
N
T
E
D
E
A
N
G
O
L
A

“Em Angola, sobretudo durante os anos 80 e inícios dos 90, eram raptadas crianças de 10 anos e maiores e também mulheres, algumas delas com recém-nascidos - afirma Mary Daily, Coordenadora em Angola da Christian Children’s Fund (CCF). Todas eram portadoras, trabalhavam nas terras e acompanhavam os assaltos às aldeias, primeiro para carregar as munições, e depois para transportar os bens roubados. Estimamos que cada soldado dispunha de 3 a 4 menores”.

No final da guerra, em Abril de 2002, havia cerca de 16.000 menores angolanos nas fileiras dos dois grupos, de acordo com o Relatório Global sobre Crianças Soldados de 2004. Houve outras dezenas de milhares que, apesar de talvez nunca terem empunhado uma arma, foram escravizados, passaram fome, realizaram trabalhos forçados ou foram abusados sexualmente. Segundo este relatório, durante a guerra civil, foram raptados cerca de 30.000 menores por ambos os exércitos. Alguns rapazes menores recrutados pelas forças do governo permaneceram no exército quando a guerra acabou; a maioria pertencia a áreas rurais e boa parte deles tinha já entrado na idade adulta.

“Falar de crianças soldado em Angola é complexo, tem que ver com as diferentes etapas do conflito”, afirma Abubacare Sultan, Coordenador da Área de Protecção de Menores do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em Angola. Há dois grandes momentos. O primeiro, em 1994, com a assinatura do Protocolo de Lusaka. Nesta data, havia cerca de 9.000 crianças soldado identificadas: a maioria nas fileiras da UNITA e cerca de 500 recrutadas pelas Forças Armadas, segundo o CCF. Desses 9.000, cerca de 4.000 foram identificados e reintegrados nas suas famílias, “mas então a guerra reiniciou e o processo parou aí”, afirmou Mary Daily.

Estudos sobre a P@X

Para além disso, este programa de desmobilização não incluiu as meninas soldado, que não receberam uma assistência específica, como referiu o relatório da HRW *Child Soldiers Forgotten in Angola*, de Abril de 2003. O representante da UNICEF em Angola resume os resultados de Lusaka como “um fracasso porque a maior parte dos menores (desmobilizados) foram novamente recrutados pelo exército (com o reinício dos confrontos), já que estavam perfeitamente identificados pelo governo como parte da força beligerante, o que foi um grave erro do processo. Apenas se salvou uma percentagem mínima; aqueles que se reintegravam em áreas próximas das cidades, beneficiaram de alguma protecção. Mas a maioria não conseguiu regressar a casa”.

O segundo grande momento do conflito que arrasou o país durante quase três décadas foi 2002, o ano da paz definitiva entre o governo do Presidente José Eduardo dos Santos (no poder desde 1979) e a UNITA (que concordou assinar a paz após o assassinato do seu líder Jonas Savimbi). Ao contrário de Lusaka, o Memorando de Luena não contemplou programas especiais para a desmobilização e reintegração de crianças soldados, meninos ou meninas. O relatório da HRW de 2003 é inflexível na sua crítica ao governo: as crianças soldados foram reinseridas com familiares ou conhecidos nas suas áreas de origem, sem comida, cuidados sanitários adequados ou oportunidades para estudar, “violando assim o compromisso de Angola de fornecer cuidado e atenção às vítimas de conflitos armados”.

No quadro dos planos de desmobilização, reintegração e reconstrução nacional iniciados com a chegada da paz, o governo desenhou a “Estratégia de protecção a menores no período do pós-guerra”, com um objectivo

central: o de evitar futuros recrutamentos. Esta estratégia conta agora com fundos do Banco Mundial. No entanto, o representante da UNICEF garante que em Angola há ainda casos de recrutamento de menores de dezoito anos, apesar de estar proibido por lei. “A versão oficial do governo é que isso é uma coisa de comandantes locais e que não há forma de o controlar”.

Três anos após o fim da guerra, a relação entre riqueza nacional, receita *per capita* e investimento em infra-estruturas e serviços sociais não é proporcional. O orçamento para 2005 destinado à defesa atinge os 9,3%, enquanto apenas 37% das crianças em idade escolar tem acesso a educação e cerca de 60% da população vive em condições de pobreza. Por outro lado, não há oportunidades para os adolescentes, nem nas zonas rurais nem nas urbanas. E, devido a esta situação, há nas grandes cidades uma presença cada vez maior de crianças e jovens na rua, um fenómeno de delinquência juvenil preocupante”, conclui Abubacar Sultan, que tem uma longa experiência em processos de reconstrução nacional e reintegração de crianças soldados na vida civil.

Blanca Diego
(Jornalista)

C
R
I
A
N
Ç
A
S

S
O
L
D
A
D
O

A
D
I
V
I
D
A

P
E
N
D
E
N
T
E

D
E

A
N
G
O
L
A

Tatiana Moura (2005), *Entre Atenas e Esparta: Mulheres, Paz e Conflitos Armados*. Coimbra: Quarteto Editora.

José Saramago dá início a muitas das suas narrativas colocando-se na história para a contar de outra maneira e assim apontar os mundos alternativos que sobre essa história se poderiam ter construído, projectando-os no nosso presente de construção de outros mundos possíveis. Como diz o escritor “se a lei não tivesse feito calar as mulheres para todo o sempre talvez elas, porque inventaram aquele primeiro pecado de que todos os mais nasceram, soubessem dizer-nos o que nos falta saber”. Com *Entre Atenas e Esparta: Mulheres, Paz e Conflitos Armados*, Tatiana Moura convida-nos a levantar o véu sobre esse silêncio milenar das mulheres evocado por José Saramago, reflectindo sobre os motivos e as razões da lei que manteve as mulheres nesse silêncio e constrói uma maneira alternativa de olhar o mundo, questionando assim o pensamento dominante em Relações Internacionais que tem sido, desde as suas origens, uma expressão masculina e particular do “sistema de guerra”. Se olhássemos as Relações Internacionais a partir do ponto de vista feminino? desafia-nos a autora. Antes de entrar nessa história tão cheia de ses históricos, políticos, sociais e sexuais, Tatiana Moura vai dar-nos uma panorâmica crítica informadíssima das visões e sensibilidades políticas que tem orientado as Relações Internacionais, mostrando-nos, por um lado, as diferentes matizes desta disciplina na sua reflexão sobre o poder e sobre os equilíbrios do poder a fim de evitar o conflito e, por outro lado, o carácter desequilibrado da reflexão das RI (numa disciplina que pretende entre outras coisas gerar equilíbrios) e da sua prática ao se configurar de uma forma abusivamente masculina em termos de pensamento e acção.

Abordando as definições de político, e em particular as fronteiras da identidade política e da cidadania estabelecidas pelas práticas do Estado, de poder, nos seus vários significados e implicações nomeadamente o de configuração militar, onde a masculinidade faz parte integral da própria morfologia do poder, de violência, na sua dimensão clássica de conflito que conduz ao confronto, e de segurança, como um estado de equilíbrio de ostentação bélica entre Estados, Tatiana Moura questiona a limitação destas definições pelo muito que excluem. A desconstrução deste paradigma de análise, particularmente aplicado às questões da guerra e da paz é feita na primeira parte do livro onde a autora denuncia as camuflagens, os silêncios e os estereótipos que asseguram a perpetuação de um sistema assente em relações de poder desiguais e elabora uma visão crítica da

evolução dos discursos institucionais sobre a presença e participação das mulheres em conflitos armados. Na segunda parte do livro a investigadora situa a sua análise no período pós-conflito abordando a questão das “Mulheres e re(des)construção pós-bélica : entre os estereótipos e o reconhecimento”, tendo como base de reflexão a acção e os documentos das Nações Unidas (NU) em operações de consolidação de paz. O tom interrogativo com que abre esta segunda parte dá-nos desde logo a ideia do muito (para não dizer do «quase tudo») que há para fazer: Será que a ONU na sua ânsia de aplicar o modelo padronizado de reconstrução pós-bélica tem em conta os diferentes papéis e experiências do tecido social que pretende reestruturar? Será esta fase de reconstrução sinónimo de efectiva alteração dos padrões de dominação (étnica, sexual, económica ou política) que levaram ao conflito? O acto revolucionário do olhar e da interrogação de Tatiana Moura está de facto na interrogação das efectivas e não inocentes áreas de silêncio destes documentos e destas acções e dos motivos destes silêncios.

O livro abre com uma ideia paradoxalmente polémica e consensual ao nos dizer, por outras palavras, que a expectativa de paz alimentada pelo final da Guerra Fria não se cumpriu. Ao contrário, desde 1989 “temos vindo a assistir à perpetuação de conflitos e da violência global” e à emergência de novas formas de conflito que ao trazerem de forma numerosa para o teatro de guerra a população civil levam-nos a uma reflexão mais profunda sobre as suas mais numerosas vítimas: mulheres e crianças, curiosamente o par social tão “protegido” pela ideologia político-militar masculina e em nome do qual se diz terem sido feitas tantas guerras ditas clássicas.

Não se trata portanto de olhar para as periferias da guerra e do pós-guerra para aí encontrar as mulheres. A questão de Tatiana Moura vai muito além e começa por recusar esse papel tradicionalmente atribuído às mulheres de estar nas margens do sistema. Como bem sublinha a autora hoje as mulheres estão no centro do conflito e são as suas maiores vítimas e portanto também deveriam estar no centro a par com os homens na reconstrução pós-bélica. Não há dúvida que têm sido as correntes feministas, seja na vertente das RI seja na vertente do Estudos para a Paz, que mais têm criticado construtivamente o olhar masculino e estatocêntrico das Relações Internacionais. O seu precioso contributo para a crítica aos estereótipos que colocam o homem a fazer a guerra e a mulher a fazer a paz e que assim perpetuam a construção social do sistema de guerra e viciam a reconstrução pós-bélica, bem como o seu questionamento das definições de guerra e violência, por um lado, e de

No sótão do NEP

segurança e paz, por outro permitem-nos ter algum capital de esperança, como mostra Tatiana Moura no percurso que traça do discurso político e institucional relativo às mulheres: as mulheres passam de ser um grupo alvo de assistência humanitária a ser um grupo que é preciso envolver na resolução de conflitos, passando-se assim a um discurso de necessidade de capacitação das mulheres, que faça das mulheres agentes reconhecidos de mudança.

Tatiana Moura mostra-nos o caminho percorrido e sobretudo o muito que se tem ainda de percorrer ao analisar criticamente a proposta de modelo padronizado de reconstrução pós-bélica das NU, contido na Agenda Para a Paz de 1992 de Boutros-Ghali. Como refere a autora, a reconstrução pós-bélica é um período crucial de reconfiguração das relações de poder em sociedades devastadas por conflitos. O discurso do pós-guerra reafirma as relações preexistentes entre os dois sexos, com vista à paz social o que implica sempre, em termos femininos, um recuo relativamente às posições adquiridas durante a guerra, pois o pós-guerra não traz por si só a alteração das relações patriarcais que caracterizam as sociedades, levando à efectiva transformação.

Numa crítica extremamente estimulante Tatiana Moura persegue os quatro elementos base da reconstrução pós-bélica. Assim, no plano militar, Tatiana Moura aponta a absoluta discriminação das mulheres: onde estão as mulheres combatentes? Por que razão é que elas não estão contabilizadas como tal e portanto passíveis de participar nos programas de reajustamento? Às mulheres combatentes não foi, de facto, dado qualquer estímulo económico, educacional ou profissional pois foi assumido como natural que reassumissem as suas tarefas domésticas, confinadas à esfera privada. Mais na sombra ainda, como nota a investigadora, estão todas as mulheres que ao longo dos conflitos estiveram ao lado dos homens nas tarefas tradicionais de apoio e que embora também necessitam de assistência na reintegração. A outra face da moeda é a segurança ou antes a insegurança física ou material: no pós-conflito há uma clara transferência da violência militar do tempo da guerra para formas de violência disseminadas entre a sociedade e a família. E é essencialmente sobre elas que recai esta violência.

No plano político-constitucional que lida com os aspectos de criação de uma autoridade política através de eleições, como elemento essencial para a transição para a democracia, Tatiana Moura adverte-nos que todo este processo é terreno tipicamente masculino, em grande medida porque é aqui que tem início a repartição dos níveis de influência e os mecanismos de distribuição dos

recursos.

No plano económico-social que em termos macro-económicos se pretende desenhar como atraente para os investidores e que traz em si todos os discutíveis aspectos dos chamados planos de ajustamento estrutural, que nem sempre olham para a precariedade do lado social que a guerra destruiu, Tatiana Moura chama a atenção para a dimensão micro-económica onde se situa grande parte dos trabalhos das mulheres ligados à sobrevivência diária e à economia informal.

Finalmente o plano psicossocial, sem dúvida o mais desprezado, por ser a área mais delicada e também a menos visível uma vez que lida com o interior das pessoas e as subjectividades. Na perspectiva da autora aqui reside o maior desafio e o maior compromisso de reabilitação efectiva de uma sociedade rumo à paz positiva. Trata-se de voltar a ver um humano naquele que o conflito desumanizou. Voltar a reconhecer-se como humano depois do que se passou, depois do que se fez para que seja possível ficar de luto pelos fantasmas da História, e então fazer a História ainda que com as assombradas visitas das “memórias da guerra”.

Na perspectiva de Tatiana Moura a Agenda para a Paz é um considerável esforço no sentido de corrigir o erro, e tentar colmatá-lo, mas, como mostra a investigadora, a lógica que a produz é ainda tradicional, masculina e politicamente estreita na sua abordagem sectorizada, nos domínios que privilegia, nas graves lacunas que apresenta. Não se trata portanto de pensar que qualquer projecto de reconstrução pós-bélica que não contemple a questão das mulheres falhará, mas mais complexamente que qualquer projecto deste tipo que na sua definição de político, poder, violência e segurança não inclua a diferença sexual não terá sucesso porque não responde ao tecido social que pretende recuperar. Será sempre, a curto ou a longo prazo, votado ao fracasso pelo muito que exclui.

O livro de Tatiana Moura obriga-nos a mudar a escala do olhar, ao colocar o tal se no mundo das RI e a partir desse se denunciar o cerco sexualizado que nos rodeia e as suas consequências, levando-nos a concluir, como dizia Maria Lourdes Pintassilgo, que “contra o cerco, não há senão uma solução. Retomar os gestos quotidianos: semear, plantar, construir, edificar, tecer.” (Maria de Lourdes Pintassilgo, *Graal, Notícias* n. 17, Janeiro 2005). Por isso a conclusão do livro de Tatiana Moura não podia ser um ponto de chegada mas um espaço de partida para novas navegações.

Margarida Calafate Ribeiro - CES

No sótão do NEP

Memória de Actividades do NEP

Projectos NEP

"Peacebuilding Processes and State Failure Strategies. Lessons Learned from former Portuguese Colonies" (projecto com início em Fevereiro de 2005, financiado pela Fundação Ford)

"Women and Girls in Context of Armed Violence. A case study on Rio de Janeiro" (projecto em parceria com a ONG brasileira VIVA RIO, com início em Março de 2005. Financiado pela Fundação Ford)

Publicações

Cardoso, Kátia (2004), "[A intervenção do Centro Carter no conflito Etiópia-Eritreia](#)", *Janus 2005. Anuário de Relações Exteriores*. Lisboa: Público/UAL, 162-163.

Cravo, Teresa (2004), "[Consolidación de la Paz](#)", *Enciclopedia de Paz y Conflictos*. Granada: Editorial Universidad de Granada, pp.172-175.

Cravo, Teresa (2004), "[A Noruega, 'superpotência da paz': o exemplo do Sri Lanka](#)", *Janus 2005. Anuário de Relações Exteriores*. Lisboa: Público/UAL, 164-165.

Moura, Tatiana (2004) "[La Paz Feminista](#)", *Enciclopédia de la Paz*. Granada: Editorial Universidad de Granada.

Moura, Tatiana (2004), "[Mulheres e Consolidação da Paz](#)", *Janus 2005. Anuário de Relações Exteriores*. Lisboa: Público/UAL, 174-175.

Moura, Tatiana e Pureza, José Manuel (2004), "[O regresso da paz negativa?](#)", *Revista de História das Ideias*, vol. 25, Coimbra, 157-168.

Moura, Tatiana e Simões, Mónica (2004), "[Reconstrução Pós-Bélica](#)", *Janus 2005 - Anuário de Relações Exteriores*. Lisboa: Público/UAL, 162-163.

Nascimento, Daniela, Keeler, S., Jacobs, M. (2004), "[Building Peace Through Participation: A Case Study of Northern Ireland](#)", in Gray, A. et al, *Conflict Resolution and European Legacies of War*. Limerick: Centre for European Studies, pp. 15-28.

Pureza, José Manuel (2004), "[Os múltiplos dialectos da emancipação](#)", in Marnoto, R. (coord.), Leonardo Express. Coimbra: Instituto de Estudos Italianos da FLUC / Editorial do Departamento de Arquitectura da FCTUC.

Pureza, José Manuel (2004), "[O tempo da guerra eterna?](#)", *Janus 2005 - Anuário de Relações Exteriores*. Lisboa: Público/UAL, 138-139.

Simões, Mónica (2004), "[James Carter e as experiências de mediação](#)", *Janus 2005 - Anuário de Relações Exteriores*. Lisboa: Público/UAL, 160-161.

Actividades NEP

21 de Outubro de 2004

Mónica Rafael e Tatiana Moura (NEP) participaram na conferência "Paz y desarrollo en los estados fragiles: nuevos retos, nuevas respuestas", organizada pela Fundação 'la Caixa' e Fundação Ford, Madrid (Espanha).

1 a 15 de Dezembro de 2004

Mónica Rafael (NEP) realizou uma missão de estudo de viabilidade para o "Programa sobre as Pré-condições para Eleições na África Austral" (PEPSA), com o Instituto Holandês para a África Austral (NIZA), Luanda (Angola).

9 de Dezembro de 2004

Teresa Cravo (NEP/FEUC) apresentou a conferência "A Relevância do Tratado de Não-Proliferação Nuclear na actualidade internacional", Licenciatura em Relações Internacionais da Universidade do Minho (UM), Braga (Portugal).

7 e 14 de Janeiro de 2005

Teresa Cravo (NEP/FEUC) apresentou a conferência "A reacção normativa e institucional às violações graves de direitos humanos: o Tribunal de Nuremberga e a Convenção de Genocídio", Mestrado em Direitos Humanos da Escola de Direito da UM, Braga (Portugal).

28 Fevereiro a 2 de Março de 2005

Mónica Rafael (NEP) apresentou o caso de Angola na Reunião de Peritos do PEPSA, NIZA, Joanesburgo (África do Sul).

INICIATIVA NEP: "[Novíssimas guerras, novíssimas pazes. Da Cidade de Deus a Quase Dois Irmãos](#)"
14 de Março de 2005

Projecto do filme "Quase dois irmãos" e debate com Boaventura de Sousa Santos (CES/FEUC) e Luís Carlos Nascimento, Renato de Souza e Diego Batista (ONG brasileira "Nós do Cinema"), FEUC, Coimbra (Portugal).

15 de Março de 2005

Projecto do documentário "Vida Nova com Favela" e debate com Pedro Hespanha (CES/FEUC) e Luís Carlos Nascimento (Nós do Cinema), FEUC, Coimbra (Portugal).

30 de Março de 2005

Lançamento do livro de Tatiana Moura (2005), [Entre Atenas e Esparta. Mulheres, Paz e Conflitos Violentos](#). Coimbra: Quarteto Editora.